

# TER UMA ARMA É UM DIREITO?

*O Senado dos Estados Unidos deu início ao debate sobre o controlo de armas. A discussão faz-se no rescaldo do massacre na Escola de Sandy Hook, que em Dezembro deixou 26 pessoas mortas e que ainda choca o país. O tema divide profundamente os americanos. E em Portugal? Qual é a nossa relação com as armas? Ter uma arma pessoal “não é um direito, não é um privilégio, nem é um recurso”, é uma licença excepcional, dizem uns. Em que países os cidadãos não podem em caso algum ter uma arma? Cuba e Coreia do Norte, argumentam outros*

**JOÃO DIAS** TEXTO  
**MIGUEL MADEIRA** FOTOGRAFIA





Paulo Raposo já não sai de casa sem estar armado há dez anos. Desde que comprou o seu revólver, após ter obtido a licença de porte de arma para defesa pessoal, leva sempre a pistola num coldre de pele castanha que vai preso à parte de trás do cinto. Criado o hábito, transportar uma Ruger SP 101 no fundo das costas é já tão natural para este dono de uma loja de móveis em Lisboa como calçar sapatos ou fazer a barba.

Não é, ainda assim, prático andar com a pistola. De uma ponta à outra a arma tem quase 20 centímetros, e o peso, já com as munições, ultrapassa um quilograma. A cada passo que dá, Paulo Raposo sente o peso do revólver na parte de trás da cintura. Maior ainda é o peso psicológico. Esse chega às toneladas. Enquanto falamos, o empresário parece evitar encostar-se demasiado no cadeirão em que está sentado. Mantém as costas hirtas e chegadas para a frente, como se estivesse a manter uma distância de segurança sagrada entre a arma e o encosto.

Outro cuidado a ter é nunca mostrar o revólver. O leque de preocupações estende-se, por exemplo, ao guarda-roupa. No Inverno, a tarefa de esconder a arma é facilitada à medida que o número de peças de roupa vestidas aumentam com o frio. No Verão, a dificuldade é maior. Usar a camisa para dentro das calças é impensável, pois era quanto bastava para todas as pessoas que por ele passassem se apercebessem do revólver. As camisolas têm de ser sempre compridas, de modo a que um movimento mais descuidado não denuncie a arma. Tal como usar roupa justa é outro impensável.

Paulo Raposo fala à revista 2 com a sua voz rouca e pesada, que só não ecoa por causa dos móveis que estão espalhados ao longo do seu estabelecimento. De um lado ao outro a loja divide-se entre mesas de cabeceira, cómodas, mesas de apoio, cadeiras robustas, consolas, bengaleiros e uma cama de casal. Móveis à antiga, de corte clássico e envernizados, em que raramente perfila outra cor para além do castanho. É a antítese do IKEA.

De volta à Ruger SP 101. “É preciso ter cuidado para não a mostrar, porque as pessoas não têm de saber que eu tenho a arma comigo, seria estúpido andar para aí a exibi-la como se fosse um objecto de orgulho”, explica. “Para ser sincero, a nível físico, andar com a arma é pouco confortável. Mas também digo uma coisa: se andar com a arma me tira conforto físico, também posso afirmar que me dá uma grande dose de conforto psicológico, disso não tenho dúvidas.”

A arma conforta-o quando faz viagens a Paços de Ferreira, a capital do móvel, que o levam a estar ao volante quando o sol já desapareceu e o perigo pode espreitar à medida que a noite se instala. Pode parecer um exagero, mas não

é na óptica de Paulo Raposo, que em cada paragem que faz numa área de serviço ou em locais de descanso sabe o que tem a perder. “Essas viagens são feitas para fins de negócio, o que implica eu estar sempre com quantidades de dinheiro, ou cheques, que podem ser 100 euros, mas que também chegam às vezes aos cinco, seis, sete mil euros.”

Perguntamos ao empresário por que é que se sente tão inseguro em Lisboa e no país em geral, quando estatisticamente, em comparação com outras cidades e outros países, é pouco manchado pelo crime. Dados compilados pelo Eurostat (a agência de estatísticas da Comissão Europeia) entre 2007 e 2009 mostram que Lisboa tem a segunda menor taxa de homicídio em todas as capitais da União Europeia (0,48 por cada 100 mil pessoas). A média é de 2,16. E se no país inteiro a taxa de homicídio sobe até 1,38, estes números continuam abaixo da média europeia, que chega aos 1,79.

Mas as estatísticas de Paulo Raposo não são feitas numa folha de Excel, e tão-pouco assentam em números oficiais. Fala a partir da sua experiência.

“O que eu vejo por vezes à minha volta, no meu dia-a-dia, é o crescimento de alguma indisciplina a nível social. E ainda para mais nós, comerciantes, estamos sujeitos a todos os fenómenos sociais existentes, mais do que o resto dos cidadãos, porque a nossa profissão leva a que contactemos com uma diversidade enorme de pessoas.” Paulo faz por si e pelos seus. “Eu tenho noção de que faço falta onde estou inserido, tanto na minha família como na minha actividade comercial. A partir daí, se eu perder algum valor é mau para os meus filhos e para o meu negócio. E infelizmente isso hoje em dia aconteceria muito mais facilmente do que há 15 ou 20 anos”, justifica.

É assim que Paulo Raposo vê o mundo à sua volta. Quando lhe perguntamos se preferia não ter de andar armado, a resposta sai com um sorriso de quem acha a pergunta ingénua e pensa “isso é que era bom”. “Adorava não ter de andar com a arma de defesa pessoal. Por mim, só tinha a minha espingarda para fazer as minhas caçadas, e por aí me ficava. Mas, infelizmente, as coisas não são assim tão fáceis.”

Por isso, conta com o revólver como meio de defesa, para proteger “pessoas e bens”, sempre numa perspectiva de que a arma serve sobretudo como um “meio dissuasor”. Como da vez em que entrou numa rotunda sem prioridade e se apercebeu de que o condutor de outro carro não gostou da sua manobra. “De repente, cinco indivíduos saem do carro, todos em direcção a mim, e quando olho bem para eles têm pés de cabra e ferramentas de trabalho nas mãos. Penso que dois ou três deles até estavam alcoolizados. Quando já não havia dúvidas de que eles estavam feitos para se virar contra mim, aí o que eu fiz foi mostrar-lhes a arma, e eles

recuaram imediatamente”, conta, renunciando ao tom fanfarrão que outros homens poderiam usar para contarem aquela vez em que ame-drontaram sozinhos um grupo de cinco. “Não foi preciso disparar.”

São situações destas que levam Paulo Raposo a responder com inabalável confiança quando lhe perguntamos se acha que é ou não um bom utilizador da arma de defesa pessoal. “Tenho prática militar e conhecimento de tiro real”, explica, remetendo para o tempo em que esteve na 2.ª Companhia do regimento de cavalaria de Santa Maria. “Vendo quem sou, tenho condições psicológicas para encarar situações de tensão com conhecimento, porque é preciso ter capacidade para perceber se os meios de defesa à disposição são proporcionais”, argumenta. E ao longo da entrevista vai repetindo com um ar sério e intransigente a mesma frase: “É preciso conhecer bem o que se tem na mão.”

...ssa é uma das preocupações da Polícia de Segurança Pública (PSP), que é a instituição responsável por ceder as licenças de porte de arma de defesa pessoal, também conhecida como “licença B1”. A lei das armas portuguesa indica que a licença B1 pode ser concedida a cidadãos maiores de 18 anos em pleno uso de todos os direitos civis, idóneos, portadores de certificado médico e que demonstrem precisar de uma arma de defesa pessoal “por razões profissionais ou por circunstâncias de defesa pessoal ou de propriedade”. Após reunidos todos esses parâmetros, a licença só será concedida a quem frequente com aproveitamento um curso intensivo administrado pela PSP de “aprovação para o uso e porte de armas de fogo”, com duração de 18 horas, distribuídas por dois dias.

À conversa com a revista 2, o superintendente Paulo Pereira, do Departamento de Armas e Explosivos (DAE) da PSP, confessa que “a duração do curso é um pouco abaixo da duração desejada, porque de repente temos de explicar uma quantidade considerável de informações de uma área que nem todas as pessoas dominam”. É, no entanto, uma solução a meio-termo: “É complicado porque as pessoas têm de pedir folga no trabalho ou faltar a outros compromissos para virem cá fazer o curso, portanto tentamos ensiná-los o melhor possível para o uso da arma de defesa pessoal”, assegura.

A formação para uso de arma de defesa pessoal divide-se em noções práticas e teóricas. No final, há um exame para cada parte. São feitas provas de tiro, em que o essencial é entender como lidar com uma arma, da alavanca de segurança ao gatilho, ao coice do disparo, sem nunca esquecer a pontaria.

A parte teórica incide em questões legais e no



Caçada ao javali em Mourão. Sorteiam-se zonas pré-definidas onde cada caçador terá de permanecer enquanto espera pelo animal





código de conduta conforme a situação de perigo. São noções vincadas, orientadas por linhas estritas e invioláveis. Alguns dos examinados, ao aperceberem-se pela primeira vez da severidade e complexidade de algumas dessas regras, ficam impressionados. Entre todas as máximas, há duas a reter com especial atenção.

A primeira é a de que o uso deste tipo de arma é excepcional, e que este consiste numa licença por parte do Estado que permite que alguém aja proporcionalmente em defesa própria, ou de terceiro, e respectivos patrimónios,

quando esta não possa ser assegurada pelas autoridades. O superintendente Paulo Pereira reforça as vezes que forem precisas: “Não é um direito, não é um privilégio, nem é um recurso. É uma licença que o Estado concede aos cidadãos em situações de carácter excepcional.”

A segunda máxima é a noção do uso proporcional da arma. Se estiver em risco patrimonial, deverá ser feita uma advertência verbal e só em último caso um tiro de aviso (vulgo tiro para o ar). No caso de estar sob risco a vida ou integridade física do sujeito ou de terceiro, cumprem-

se os mesmos gestos. Só quando as duas advertências falham deverá a arma ser disparada em direcção ao sujeito ameaçador, e nunca para uma “zona letal do corpo humano”.

Entre 2010 e 2012 a PSP analisou 150 mil processos referentes a licenças de porte de arma. Dentro deste todo, que inclui atribuição, renovação e regulação de licenças, 90% dizem respeito às classes C e D, para uso na caça.

O ex-deputado do Bloco de Esquerda e sociólogo José Manuel Pureza, que coordenou a investigação *Violência e Armas Ligeiras. Um Retrato Português*, publicada em 2010 pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, refere que a lei das armas aprovada em 2006 não é perfeita mas “tem regras importantes”. Essas regras passam precisamente pelo “controlo efectivo” que a lei tornou possível. Segundo a PSP, existem 1,4 milhões de armas legais em Portugal. A este número, José Manuel Pureza junta outros 1,2 milhões de armas ilegais em território nacional. Ou seja, para cada 100 portugueses, existirão 26 armas de fogo.

José Manuel Pureza alerta para o risco que uma arma pode representar, mesmo que siga todos os trâmites legais. “Os resultados são muito diferentes, às vezes tragicamente, das razões que as pessoas invocam quando afirmam precisar de uma arma de defesa pessoal. Mas uma arma de defesa rapidamente se torna numa arma de tiro errado”, adianta.

Isto é: um cidadão pode demonstrar-se psicologicamente são e preparado para ter uma arma e obtém a licença de porte de arma com a autorização intrínseca das autoridades. A cada cinco anos, prevê a lei, esse cidadão terá de prestar provas à PSP de que continua apto para ter uma arma de defesa pessoal em sua posse (para armas de caça e de tiro desportivo, o intervalo sobe para os dez anos).

Com este cenário montado, a revista 2 lançou a mesma questão a todas as pessoas pró-armas com quem falou no âmbito desta reportagem: o que é que garante, por qualquer tipo de razão, que essa pessoa sã e idónea não tenha uma alteração de comportamento e de estrutura emocional que a torne, antes do prazo da renovação da licença de porte de arma, num perigo para aqueles que rodeiam?

Todos respondem no mesmo tom. “Nada na vida é garantido.”

António Ferreira acordou três vezes durante a noite com o barulho do vento e da chuva. Às 6 da manhã daquele sábado 19 de Janeiro já não conseguia dormir mais. Foi até à janela e olhou para as nuvens que pareciam tapar a vila de Mourão (Évora), da qual é presidente da junta de freguesia, de uma ponta à outra. “Não, não pode ser, isto assim não dá para a caça”, pensou.

Mudou de ideias. Às 8 horas estava no ponto de encontro de sempre, entre duas casas devolutas. De um lado, a planície alentejana. Do outro, “daquele muro de pedras ali ao fundo”, Espanha. Villanueva del Fresno, onde o general Humberto Delgado foi assassinado por um agente da PIDE, é já ali.

À medida que vai chegando mais um caçador, a conversa volta à chuva e ao vento da noite passada, e os recém-chegados falam sempre das árvores que viram caídas pelo caminho, referindo-se a elas com o orgulho de quem pensa ter sido o único a vê-las de tronco no alcatrão. Para alívio geral, as nuvens parecem estar a desaparecer e o sol faz brilhar a terra lamacenta.

“Então os *perros*, não os trouxe?” pergunta um dos caçadores a outro. “Então não os vês ali, homem?”, responde-lhe este, apontando para um atrelado onde cabem, apertados, mais do que dez cães de caça. O vento que vem de Espanha parece trazer consigo algumas palavras e sobretudo o sotaque, que aparece especialmente quando se faz uma pergunta. É uma mistura de uma dose elevada do mais forte sotaque alentejano com uns toques de pronúncia castelhana. Nada que não faça sentido, numa vila onde as televisões sintonizam a TVE melhor do que a RTP.

Eduardo tem nove anos, um brinco na orelha esquerda desde os quatro, e uma enorme vontade de passar por apenas mais um caçador junto dos restantes, mas esqueceu-se do aprimorar o guarda-roupa. A camisola, azul-escura e com recortes de estrelas em branco e o boné mais parecem pertencer ao universo de um *videoclip* de hip hop do que a uma caçada em Mourão. Ainda assim, tenta entrar nas conversas, sem grande sucesso, e de vez em quando lança um palavrão ou dois para o ar. Como os outros.

Quando já chegaram os 15 caçadores, faz-se o sorteio. É um elemento-chave das caças de montaria ao javali. Sorteiam-se zonas pré-definidas onde cada caçador terá de permanecer enquanto espera pelo animal. A excepção abre-se aos batedores que têm a função de percorrer a zona de caça de uma ponta à outra juntamente com os cães, com o objectivo de encontrar os javalis ou, de pelo menos, retirar-lhes terreno.

É a António Ferreira que cabe a função de tirar os números à sorte, escritos em papelinhos que são misturados no seu gorro de caçador.

Antes de tirar um número, diz aos restantes caçadores, que se mantêm em burburinho constante, “tenham cuidado com os tiros, a ver se ninguém se aleija” e “vamos lá ver se conseguimos caçar qualquer coisinha”.

“Queres ver que lhe vai calhar o 11? Quase que aposto!”, manda um dos caçadores para o ar. António Ferreira mete a mão no gorro, mexe os dedos para baralhar melhor os papéis.

Escolhe um e abre-o a rir. É o II. “Eu logo vi!”, comenta-se.

No fim do sorteio perguntamos a António Ferreira por que é que o posto II gerou tanta chacota. “Ora!, então”, diz, como se achasse que tínhamos a obrigação de sabê-lo, “o II é o número do cabrão!”. Dúvidas restassem, faz um sinal com as mãos que imita uns cornos.

Feito o sorteio, os carros ligeiros ficam para trás, avançam os jipes e as carrinhas de caixa aberta por um caminho que leva 10 minutos a fazer, por uma estrada de terra batida que se estende esforçadamente, tamanhos são os buracos, hoje cheios de água, que a interrompem.

Quando os carros param, cada caçador tira a sua caçadeira de dentro da respectiva bolsa. Olham para as armas num misto de orgulho e respeito, mesmo que algumas delas tenham 40 anos. Ou, se calhar, precisamente por algumas terem 40 anos. Cada caçador segue para o seu posto e, no caminho até lá, alguns benzem-se.

Seguimos com António Ferreira, que arranhou maneira de contrariar a sorte para não calhar com o “posto do cabrão”, e ficamos no 16, que se destaca por ter um palanque de três metros de altura, que garante uma visão mais ampla ao caçador.

Agora, a espera. Conforme a direcção do vento, António Ferreira decide se pode fumar ou não. “Se o vento estivesse ao contrário, já não os fumava, que os javalis têm um faro muito apurado e fugiam logo que apanhassem o fumo”, explica, com a voz baixa para os animais não darem por ele. Pousa a arma no palanque e com a mão em concha tapa o isqueiro e o cigarro para o vento não os apagar. “Isto é um vício desgraçado”, diz, enquanto olha para o cigarro. “Mas o da caça é um belo vício”, lembra-se de completar, com a voz ainda mais baixa.

Para contrastar, à medida que os batedores avançam, com os cães de caça, parece chegar uma avalanche barulhenta. Gritam a plenos pulmões barulhos incoerentes e sons aleatórios. Os cães juntam-se-lhes e ladram fervorosamente. Para fazer ainda mais barulho, são disparados tiro de caçadeira para o ar. O objectivo inicial é perceber se os javalis estão perto, tarefa em que os cães são mestres. Se estes não derem por nada, faz-se barulho para a caça fugir toda para o mesmo sítio, até ficarem sem saída.

Quando os batedores já estão quase a passar pelo posto de António Ferreira, a chuva que o acordara durante a noite mostra ainda não ter acabado e a solução é sair do palanque e ir para debaixo de um chaparro. À chuva junta-se o vento, que de tão forte faz com que os pingos viajem de lado até inevitavelmente caírem. Quando os batedores passam pelo chaparro, a mensagem é óbvia: “Os javalis hoje não quiseram sair, estão com medo da chuva, vamos embora.” António Ferreira, que já está

molhado da cabeça aos pés de tal maneira que a roupa impermeável não chega para a tarefa, agradece.

A próxima paragem é comum a todas as caçadas, consumadas ou não e é, muitos arriscam, a melhor parte: o almoço.

É posta uma mesa para 15 e de repente há um igual número de canivetes abertos. É que aqui, no Alentejo profundo, não ter um canivete no bolso é como ir para a caça sem armas: não vale a pena, nem faz sentido.

“Isto de haver javali ou não é tudo igual, a melhor parte da caça é mesmo esta”, diz-nos António Ferreira, como que a convencer-se a ele próprio de que não foi assim tão mau ter-se levantado às 7 da manhã num sábado para empunhar a sua Beretta durante quase duas horas para nem sequer a disparar uma única vez.

Ao mesmo tempo, ao canto do barracão, Eduardo, o rapaz de nove anos que já diz palavras e que não pegou em nenhuma arma, tira do bolso uma PlayStation portátil e começa a jogar uma versão do popular e controverso *Grand Theft Auto*. Em menos de um minuto, e sem grande esforço para além de carregar em vários botões, Eduardo já conseguiu roubar dois carros e disparar contra três pessoas.

Entrar numa loja de armas mete respeito. Há cabides estrategicamente espalhados um pouco por todo o lado com casacos e coletes idealizados para ir à caça, mas a tendência é de que os olhos se concentrem inevitavelmente nas armas expostas. Caçadeiras, espingardas, carabinas e pistolas, todas por cima de panos escuros, de onde sobressaem as armas e as suas etiquetas, muito raramente abaixo dos 500 euros e muitas vezes acima dos dois mil. De forma discreta mas ainda assim visível, geralmente de lado, próximo dos gatilhos, lêem-se marcas como Beretta, Ruger, Browning, SOCOM e Benelli.

Estamos na loja de armas Kettner, na zona do Lumiar, em Lisboa, onde somos recebidos por Artur Guérin, que, além de sócio daquele estabelecimento, é o presidente da Associação de Armeiros de Portugal (AAP). Vamos desde a porta, pesadíssima e que só é aberta após alguém ao balcão carregar num botão para esse fim, até ao escritório do armeiro. Pelo caminho, entre dossiers e papelada espalhada sem critério, estão várias caixas de munições, umas abertas e outras por abrir.

Antes de começar a falar, Artur Guérin tira duas espingardas que estão apoiadas numa cadeira para que nos possamos sentar. Garantidos os requisitos da hospitalidade, o presidente da AAP não espera pelas nossas perguntas e começa a lamentar o preconceito que existe na sociedade portuguesa na sua área de negócio. “Antigamente, as armas não eram alvo de tabu

como hoje se vê na sociedade portuguesa. As pessoas olham para as armas como se elas fossem um problema enormíssimo”, diz, com os olhos muito abertos e as sobrancelhas puxadas para cima, como que a encenar o alarmismo que critica.

É nessa “fobia às armas” que entra um dos argumentos mais usados por aqueles que estão do lado pró-armas, agora dito pela boca do presidente da AAP: “O problema não está nas armas, mas sim nas pessoas que estão por trás delas.”

Artur Guérin recorda uma situação em que atendeu uma mulher “com um ar pesaroso”, que vinha com a filha, ao balcão da sua loja. “Queria vender duas espingardas que estavam detidas na polícia. O marido era caçador, tinha duas armas, e suicidou-se com uma delas. Era preciso ir buscar as armas à polícia, porque inclusivamente uma delas tinha ainda sangue”, conta. O armeiro conta que se cruzou com a viúva mais “duas ou três vezes”, e que ela acabou por revelar uma aversão a armas. Após ter conquistado alguma segurança com a mesma, Artur Guérin disse-lhe: “O seu marido cometeu o acto que cometeu, enfim, ele lá sabe as razões por que o fez. Mas as armas foram um meio, as armas não são culpadas. Porque se o seu marido tivesse enfiado um saco de plástico na cabeça e o fechasse, morria na mesma, e a sua família não deitava as culpas ao saco de plástico.”

É sempre a partir desta ideia de que as armas são um meio e as pessoas são quem escolhe apertar o gatilho que o armeiro justifica a sua opinião de que “devem existir limitações para o acesso às armas” e que “não é qualquer pessoa, e de qualquer idade, que [lhes] deve ter acesso”.

Perguntamos, nesse caso, quem é que Artur Guérin considera que não deve ter acesso a armas de fogo, e quais são as limitações que acha razoáveis. “Tudo aquilo que tenha a ver com um comportamento desviante perante a sociedade”, diz. Isto é: pessoas que tenham “um passado de crime”, “indivíduos com doenças psíquicas acentuadas com determinado tipo de perfil” e “é evidente que crianças com 12, 13 ou 14 anos não podem ter acesso a pistolas”.

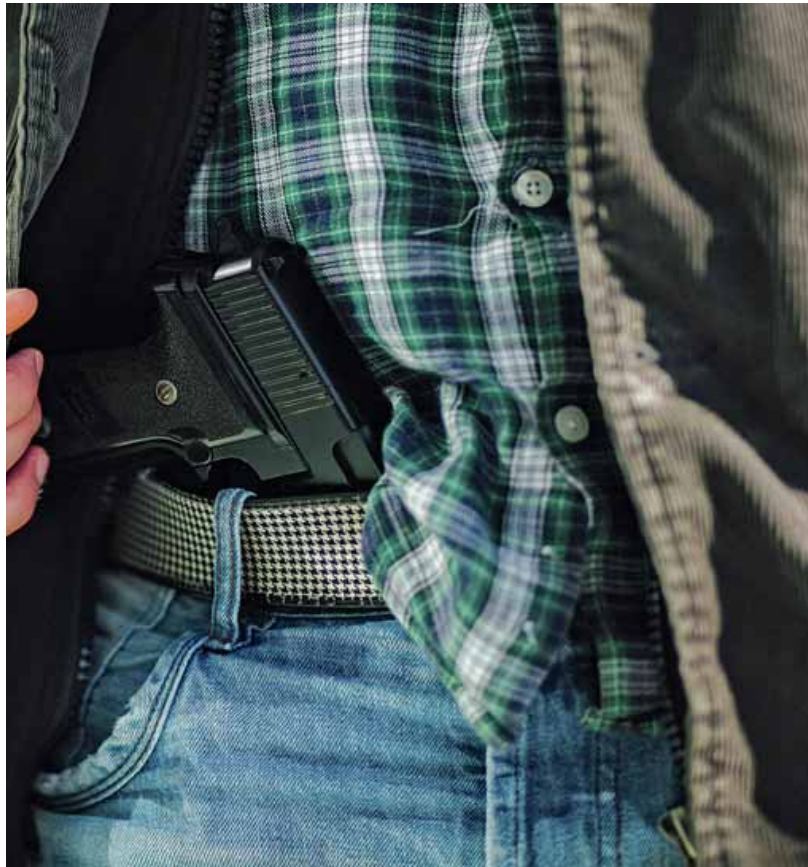
Esta é, porém, das poucas concessões que o presidente da AAP faz àqueles que advogam a favor de um controlo efectivo das armas. A partir daí, “ter uma arma é um direito”.

É aqui que Artur Guérin começa a criticar a lei das armas. Quando lhe perguntamos se acha que uma pessoa com licença de porte de arma de defesa pessoal consegue seguir a orientação legal de não disparar para uma zona vital do agressor, a resposta é um honesto “não”. “Ninguém pode garantir que a pessoa vai usar bem a arma”, avança. “Uns dizem que utilizar a pistola bem é disparar abaixo da cintura. E eu digo-lhes que isso é o conceito deles, mas



“Uma arma de defesa rapidamente se torna numa arma de tiro errado”, argumenta o sociólogo José Manuel Pureza





se calhar o meu poder ser outro.” Numa espiral argumentativa, em que volta e meia diz “isto é só a minha opinião”, Artur Guérin garante que “em Portugal dão-se demasiadas garantias aos criminosos e defende-se pouco as vítimas”. “Então, quer dizer, um indivíduo entra-me dentro de casa para me assaltar, se for preciso mata-me, dá-me pancada e faz trinta por uma linha, e a preocupação de algumas pessoas é se eu lhe dou um tiro abaixo da barriga? Não é ele que é a vítima, sou eu!”

As críticas à lei portuguesa das armas continuam.

“Uma coisa curiosa”, diz, com tom irónico, “é que a PSP é ao mesmo tempo licenciador e depois fiscalizador”. “A polícia é que dá as armas só a quem quiser e pronto.”

“Os únicos países democráticos”, começa, desta vez com a ironia a tocar na palavra “democráticos” e a fazer aspas no ar com as duas mãos, “em que os civis não têm direito a aceder às armas e em que estas estão concentradas nas mãos policiais são só dois, que eu conheça. É a república democrática da Coreia do Norte e a república democrática de Cuba! Não conheço mais nenhuma! E não é por acaso que falo [destes países], porque na verdade são regimes totalitários onde a liberdade dos cidadãos está em causa, tanto para as armas como para muitas outras coisas”. “Se houvesse a possibilidade de as pessoas terem acesso às armas [em Cuba e na Coreia do Norte], provavelmente esses regimes já não existiriam. As revoluções fazem-se com armas!”

Torna-se inevitável a comparação entre Artur Guérin e Wayne LaPierre, o líder da National Rifle Association (NRA), a organização norte-americana que é sem sombra de dúvidas o maior e mais poderoso centro pró-armas a nível mundial. A AAP faz até parte da lista de sócios da NRA.

O debate à volta do controlo do acesso às armas não é recente nos EUA, mas talvez nunca tenha sido tão aceso e presente como se tornou a propósito do recente massacre de 26 pessoas (entre elas, 20 crianças, entre os cinco e os seis anos) na escola primária de Sandy Hook, em Newtown, no estado norte-americano do Connecticut. Os incidentes ocorreram no dia 14 de Dezembro do ano passado, e desde então o debate tem dois protagonistas: a favor do controlo das armas, o Presidente norte-americano, Barack Obama, e Wayne LaPierre, da NRA.

O Presidente norte-americano apresentou um conjunto de medidas que visam proibir a venda de armas automáticas e armas militares, como as que foram usadas na escola primária de Sandy Hook. A acrescentar a essa restrição, Obama quer ainda que no acto da compra seja obrigatório a apresentação de documentação referente ao registo criminal do cliente. O projecto começou a ser discutido no Senado na quarta-feira passada.

Wayne LaPierre comentou as propostas do Presidente Obama num discurso perante associados da NRA. “Estão a dizer-nos que para pararmos assassinos loucos temos de aceitar menos liberdade e menos segurança.” Acrescentou ainda, com aplausos garantidos no fim, que “só há duas razões para haver uma lista do [Governo] federal de portadores de armas: ou é para taxá-las, ou é para levá-las-nas”.

Noutro discurso, uma semana após o massacre em Newton, Wayne LaPierre apontou culpas à indústria dos videojogos, particularmente ao nicho de jogos violentos cuja venda é proibida a menores de idade, mas ainda assim feita.

Artur Guérin usa o mesmo tipo de argumento. “Ao contrário de antigamente, em que o divertimento era nós matarmos uns pássaros e armarmos-lhes umas ratoeiras, hoje em dia os miúdos jogam jogos que os entretêm a matar mais bandidos ou mais isto ou aquilo”, diz. Perguntamos se não haverá uma distinção clara entre a violência física e actos de violência praticados num universo virtual. “Às vezes a distância entre o real e o virtual não é tão grande como aparenta.” E continua: “Não se pode dizer que não se pode praticar tiro aos 16 anos contra um alvo porque isto pode ser incentivar a violência no futuro com armas, e depois dizer-se que perante um videojogo, como é virtual, não tem diferença nenhuma. Há aqui uma dicotomia que não é aceitável”, argumenta. “E mais, tenho a noção de que, inclusivamente, em determinado tipo de idades, os jogos para os quais as crianças têm mais apetência são exactamente esses, pois vejo os miúdos a jogar.”

o problema da curiosidade, diria Ilda Almeida. Conhecida sobretudo por “Dona Ilda”, uma das pessoas que há mais tempo vendem armas em Lisboa, na Casa Diana, defende que o ideal é falar às crianças sobre armas “a partir da idade em que achamos que elas têm entendimento para assimilar o que nós lhe estamos a explicar”. A partir do momento em que “um jovem de dez, 12 ou 14 anos [aprende] o que é uma arma, o perigo que ela representa, como se deve manusear, o ser humano perde a curiosidade do objecto”. Foi assim que fez com a sua filha, que aos 15 anos “ganhava os campeonatos todos” de tiro ao alvo com armas de pressão de ar e a quem “hoje em dia as armas não lhe dizem nada”. E será esse o caminho a percorrer com os seus dois netos, também. E vai assegurar-se de que as duas crianças nunca tenham brinquedos com forma de arma. “Isso está errado.”

Ilda Almeida leva anos suficientes à frente de um negócio de armas para ter ideias inabalavelmente fixas sobre o que está errado e o que



está certo ramo. Começou a trabalhar na Casa Diana há 50 anos, na altura em que o seu padrinho, João Côrte-Real Trígoso, “um apaixonado das armas”, estava à frente do negócio. Quando Ilda já contava 17 anos ao balcão da Casa Diana, em 1979, o seu padrinho morreu e ela assumiu a gerência da loja.

Foi precisamente a partir daí, e sobretudo nos anos 80, que se deu positivamente uma explosão no negócio de armas, com um crescimento abrupto do número de caçadores. O crescimento do poder de compra levou a um alargamento da caça a outras franjas sociais para além das mais favorecidas no plano económico. Com isto, chegou a haver 400 armeiros espalhados por todo o país.

Hoje, o cenário é mais negro e a crise não é a primeira razão. Existem ao todo cerca de 250 armeiros licenciados em Portugal e a tendência é para que o número desça nos próximos anos. Actualmente, um bom dia de negócio na Casa Diana é raro, e os clientes que aparecem chegam para comprar os artigos mais baratos, como cartuchos para a caça. As armas vendem-se a ritmo conta-gotas, mesmo nesta que é das espingardarias mais emblemáticas da capital.

A crise é culpada, mas, antes dela, veio a lei das armas de 2006. Se, por um lado, tanto Artur Guérin como Ilda Almeida acreditam que as barreiras legais para a obtenção de uma arma são necessárias, por outro tecem longas críticas à morosidade com que se vai do “querer” ao “ter” uma arma.

O primeiro passo é entregar um atestado médico, registo criminal e duas fotografias ao Governo Civil para ser pedida autorização para o porte de arma de defesa pessoal. De seguida, o cidadão será chamado pela PSP para fazer um exame e para apresentar documentação e/ou provas que justifiquem a necessidade de uma arma de defesa pessoal. A PSP terá de decidir se há, de facto, razões para tal. Se estiver tudo de acordo, o cidadão é chamado a frequentar o curso de teoria e prática de armas facultado pela PSP. Só depois de ter passado esse curso, é que vale a pena entrar numa loja de armas. Nessa altura, o cidadão terá de escolher aquela que deseja comprar. Mas ainda falta mais uma barreira: antes será necessário enviar à PSP um pedido de autorização de compra, na qual terá de constar a marca, modelo e calibre desejados. E só com essa autorização a arma pode, enfim, ser vendida.

Nisto podem passar mais de três meses de intervalo. “O cidadão vem aqui [à loja] e pergunta: ‘O que é que eu tenho de fazer para comprar uma arma?’”, exemplifica Ilda Almeida. “Nós explicamos que a pessoa tem de fazer isto, isto e isto”, diz, para abreviar. A resposta é muitas vezes: “Ah, não! Eu não estou para isso!”

Assim, perdem-se muitos clientes que desejam comprar uma arma legal. O que não quer dizer que vão de seguida comprar uma ilegal,

garante o superintendente Paulo Pereira. “Geralmente, aqueles que arranjam uma arma ilegal nunca chegam sequer a equacionar comprá-la de forma legal.” São dois mundos à parte.



André (nome fictício) é do outro mundo. Como bom contador de histórias, começa pelo princípio.

“Eu sempre tive um grande fascínio por armas por causa das histórias que ouvia do meu avô, que era contrabandista numa aldeia do Minho. Eu nunca cheguei a conhecê-lo, mas sempre que ia lá à aldeia no Natal ouvia histórias

do caraças. Toda a gente falava do meu avô, era só histórias em que o meu avô era o maior bandido, que andava sempre com uma [arma] no bolso e outra no casaco...”, conta o jovem, de 26 anos, que vive em Chelas, Lisboa. A voz sai-lhe com um orgulho que nem pensa esconder. “Mesmo depois de o meu avô ter morrido, toda a gente falava dele. Andou à porrada com a aldeia toda, fazia tudo o que queria e depois chegou uma altura em que já estava cansado e então deu uns balázios a uns e depois pegou no meu pai, nos meus tios e na minha avó e fugiu com eles para o Brasil.” Abriu uma padaria, investiu numa fazenda e, por razões que André desconhece, foi encontrado morto numa linha de comboio. A família voltou para o Minho.

O exemplo do avô é o ponto de partida para o “fascínio por armas” de André, mas foram motivos de segurança profissional que o levaram a comprar pela primeira vez uma arma ilegal.

André é taxista desde os 19 anos e trabalha sobretudo no turno da noite. Ter sido assaltado por dois clientes foi quanto bastou para pensar em comprar uma pistola. “Ando aqui a acordar cedo, ando a fazer das quatro da manhã às vezes até às quatro da tarde, para depois aparecer um gajo daqueles e levar-me o que é meu? Não estou para isso.”

Por cerca de 70 euros, André comprou a mais rudimentar das pistolas disponíveis no mercado negro. Ainda com partes de plástico e um aspecto frágil, o taxista comprou uma pistola de alarme (como as que são usadas em eventos de atletismo, sobretudo em provas de velocidade) que após ter sido modificada passou a funcionar como uma arma de fogo.

“A partir daí, passei a meter a pistola debaixo da perna sempre que fazia um serviço à noite, sempre com uma [bala] na munição. Das quatro às oito da manhã, era garantido.”

Chegou a dispará-la? É aqui que as histórias passam do avô para o neto.

“Houve uma vez em que apanhei quatro indivíduos no Cais do Sodré”, começa. “Estavam todos numa de ‘somos os maiores’ e quando os deixei no Bairro do Jacinto, em Alcântara, saíram sem pagar”, relata, com o jeito de quem já contou muitas vezes esta história e sabe que



Em cima, a Casa Diana. Ilda Almeida começou a trabalhar na loja há 50 anos. Em Baixo, campo de tiro do Jamor





a melhor parte está para vir. “Eu deixei-os sair sem pagar, sim senhor. Mas aí o feitiço virou-se contra o feitiço, meus amigos. Eles estavam a passar atrás do carro e fiz logo marcha-atrás. Fugiram três, mas um ficou caído no chão, que eu consegui apanhá-lo.” Ri-se. “De repente saio do carro com a pistola na mão e mando um tiro na parede, e disse-lhe logo: ‘Se andar para um lado ou para outro, para mim tanto faz, é para o lado que quiseres cair’.” “Eu tenho dinheiro, eu tenho dinheiro, calma!” , implorou-lhe. “Então, vá, deixa o dinheiro aí no chão e põe-te a andar

antes que eu me passe”, concedeu o taxista. O indivíduo deixou o dinheiro e desatou a correr sem pedir o troco a André.

Além dessa vez, garante, raramente disparou a pistola. “Só umas quantas vezes contra uma garrafa ou um garrafão, para fazer pontaria. E na passagem de ano, para festejar só assim com dois ou três tiros.”

Apesar do pouco uso, a arma partiu-se quando uma vez a deixou cair ao chão. Confirmando a má qualidade da pistola, o plástico não aguentou a queda, e o gatilho ficou desmanchado.

André quis a arma, mas não conseguiu. Depois de um telefonema e a confirmação de um amigo, deu “cento e poucos euros” por uma caçadeira de canos serrados.

Fascinado com a arma, André ganhou o hábito de lhe baixar o cano só para depois, segurando-a com a mão direita, puxá-la para cima num movimento brusco e súbito. “Como eles fazem nos filmes”, conta, repetindo o gesto, mas de mão vazia. Certa manhã tentou de novo a brincadeira, esquecendo-se, porém de que desta vez não tinha tirado os cartuchos da caçadeira. Puxou a arma como um cowboy e, numa fracção de segundos, o dedo deslizou para o gatilho. “Bum! Partiu-se a mesa de cabeceira, voaram-me os *boxers* todos, parti a Nossa Senhora de Fátima e ainda fiz um buraco na parede.” Ri-se às gargalhadas.

A caçadeira tinha 20 anos e os canos tinham sido serrados para tornar a arma mais pequena e consequentemente mais fácil de esconder, por exemplo, debaixo de um casaco ou até dentro de umas calças largas. Se por um lado é uma arma pouco eficaz a médio-longo alcance, quando disparada perto do alvo, tem um efeito altamente destrutivo.

Segundo José Manuel Pureza, “boa parte das armas ilegais em Portugal já foram legais, porque foram transferidas a partir de qualquer forma, extravio, roubo ou furto, e são posteriormente transformadas, para serem por fim colocadas no circuito ilegal”.

Na cabeça daqueles que as traficam, a prioridade é perceber quem tem armas, onde as guarda e sob que condições de segurança. Furtá-las torna-se, pois, uma maneira de garantir lucros elevados, seja com a venda de uma pistola simples, seja com as de calibre mais elevado e que podem subir a milhares de euros. Algumas destas armas são também alugadas para assaltos levados a cabo por grupos organizados.

Existe ainda uma parte de armas ilegais a circular em Portugal que chegaram ao país por meio de redes de tráfico de armas que começam nos Balcãs e a partir daí se espalham pelo continente europeu. Sustentando a sua afirmação com a relativa distância que separa a península balcânica de Portugal, o superintendente Paulo Pereira avança que, “dentro do universo das armas ilegais que saem daqueles países, são muito poucas as que chegam ao nosso país”.

Outra porta de entrada possível pode ser franqueada por alguns armeiros. Antes de importarem as armas (que vêm principalmente da Alemanha, Itália, Bélgica, Áustria e República Checa) para posteriormente vendê-las, os armeiros têm de comunicar à PSP quantas são e quais são os seus fabricantes e os respectivos modelos e calibres. Segundo fontes ouvidas

pela revista 2, a manobra de alguns armeiros surge com uma importação onde, por exemplo, foi comunicado à polícia que seriam importadas 150 armas, quando na verdade chegou um carregamento de 200. Na altura em que o número inicial é confirmado, num processo de peritagem a ser efectuado em instâncias alfandegárias na presença de um responsável da PSP, as 50 armas de sobra já estarão a circular ilegalmente no país.

Quando questionado se conseguia garantir que nenhum dos armeiros sócios da AAP estivesse envolvido em vendas de armas ilegais, Artur Guérin admite: “É evidente que não posso.” Mas acrescenta que “a pessoa tem consciência de que é um crime e que pode ser apanhada de um momento para o outro”, correndo o risco de “que a porta [da loja] fique fechada e que se acabe com o alvará”. Guérin admite, porém, que “uma empresa em dificuldades nesta área”, especificamente as de menor dimensão, está “mais sujeita a pressões de ilegalidades”.

Quando lhe perguntamos se em Portugal é mais fácil uma pessoa comprar uma arma ilegal ou ser apanhado com a mesma, a resposta do superintendente Paulo Ferreira aponta para a segunda hipótese.

A história de André vai noutra direcção. Se é verdade que a caçadeira lhe foi apreendida, também é certo que não era dela que a polícia estava à procura.

“Eu fumo haxixe”, começa. “Fui apanhado numa operação *stop* com menos de 5 gramas, que é legal, mas a polícia apanhou-me na mesma.” No dia seguinte, fizeram-lhe uma busca à casa. “E, pronto, apanharam-me a caçadeira de canos serrados. Eu ainda disse que era só para decoração, mas...”

Quando André foi a tribunal, a namorada já tinha um barrigão de grávida. Referiu que estava arrependido e que estava pronto a mudar de vida para ajudar a criar a filha que, entretanto, já tem um ano e um mês. O juiz condenou-o a dois anos de pena suspensa por posse de arma ilegal. “O que ele me disse foi que já estava na altura de me tornar num homenzinho, porque, se fosse mais uma vez ali, era para me tornar homenzinho noutra sítio.”

Agora, garante, é um homem mudado. Continua a fazer o turno da noite, mas já não sabe o que é uma arma. É verdade que anda com um *spray* de gás pimenta, para o qual precisaria também da respectiva licença. “Agora, deixei-me de ilusões... Fico-me só pelas histórias. Deixei-me de armas. O que houver para resolver é com a polícia. Se ainda conseguir dar uma pèra para não levar, isso ainda dou. Armas é que não, não posso ter armas, não dá. Porque me enervo. E mais vale um herói vivo do que um herói morto, não é verdade?”

 **Veja o vídeo em** [www.publico.pt](http://www.publico.pt)